

## **Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural**

Jefferson Andronio Ramundo Staduto (UNIOESTE, Bolsista Produtividade do CNPq)

Esse artigo pretende examinar as discussões mais recentes sobre desenvolvimento e gênero à luz da literatura elaborada a partir das formulações teóricas de Amartya Sen e os desdobramentos analíticos desenvolvidos por um conjunto de autores. Esta literatura está tendo grande espaço no meio acadêmico internacional, no entanto, ainda se trata de uma perspectiva teórica pouco debatida e difundida no Brasil. Neste texto estamos particularmente interessados em conduzir as discussões para o meio rural, pois é o lócus onde desdobram os processos econômicos e sociais associados à produção familiar, célula produtiva da sociedade pré-industrial. Segundo Ellis e Biggs (2001), as idéias correntes sobre o desenvolvimento rural na década de 1990 apresentam maior relevo para as questões relacionadas à participação, empoderamento e gênero. Ellis (1998) associou o desenvolvimento rural às estratégias de sobrevivência familiar por meio da diversificação dos modos de vidas rurais. O autor define a diversificação como estratégia em que os agricultores familiares constroem um portfólio de atividades econômicas e sociais que garantam as condições de manter e prover os seus padrões de vida. O desenvolvimento rural tem como finalidade reduzir a pobreza em áreas rurais, e isto ocorreria pelo processo de empoderamento da população rural. Na perspectiva de Ellis (1998), a questão de gênero emerge dentro do contexto da diversificação, por trata-se de uma dimensão que afeta diretamente a intensidade dessa estratégia de sobrevivência. Segundo Star (2001), tal diversificação deve transformar a estrutura econômica e societária, e também podemos avançar nos aspectos relacionais das sociedades rurais, principalmente da agricultura familiar e seu entorno, isto ocorreriam considerando uma concepção de territorialidade. Dentro da estratégia de diversidade, as atividades não-agrícolas, exercidas pelos moradores rurais têm sido muito importantes na ocupação e geração de renda para as mulheres (TONDO, 2008). O ser humano deve ter acesso às liberdades sociais para que possa moldar seu destino enquanto agente<sup>1</sup> (agency) e não ser apenas um sujeito passivo que segue sua vida segundo a decisão de outras pessoas (SEN, 2000). Dreze and Sen (1995) levantaram a importância do papel de agente que as mulheres podem desempenhar na economia da Índia, ou seja, como pessoas ativas e promotoras de mudanças e transformações sociais que podem alterar a vidas de mulheres e homens. Segundo Keleher (2007), o empoderamento é parte central do conceito de agente, bem como do conjunto de capacitações. A autora acredita que na produção de Amartya Sen está presente a importância da institucionalização do poder, apesar dele não tratar diretamente desse tema, mas indiretamente, quando ele aborda sobre as limitações que alguns grupos sociais podem ter para acessar um conjunto de capacitações desejadas. Amartya Sen de forma consistente reconhece a institucionalização de padrões e práticas, mesmo ser fazer referência ao termo institucionalização. A intensa diversificação produtiva e social da agricultura familiar atribui necessidade de ampliar a participação de todos os membros da unidade familiar como poderosa estratégia da economia interna ao estabelecimento agrícola e está intimamente associado às economias externas ao estabelecimento. A somatória de elementos tangíveis e não tangíveis para o desenvolvimento rural está na percepção coletiva de aumentar substancialmente a capacidade de todos os membros da família em expressar o potencial produtivo na força laboral e organizacional, para que todos possam participar na decisão de alocação dos recursos intra-familiar. Dentro de uma perspectiva do desenvolvimento territorial de cooperação e empoderamento das comunidades rurais ocorre à medida que todos os atores externos à família e no interior dela propiciarem de forma minimamente consensuada aos membros da família com menor visibilidade social, política e econômica – jovens e mulheres – de poderem adquirir mais liberdade de funcionamento e instrumentalizando a família a alcançar patamares de bem-estar maiores. Neste sentido, o aumento das economias externas que produzem eficiência coletiva do território articular-se em um nível de capacitação em que todos os

---

<sup>1</sup> “[...] Refere-se à realização de objetivos e valores que uma pessoa tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar” (SEN, 2001, p. 103).

atores sociais e políticos possam contribuir para uma estratégia coletiva, e a condição de agente dos membros das famílias cria condições para engrenar um desenvolvimento a partir do território. Dentro do quadro de diversidade produtiva que alcançaram algumas propriedades rurais, há muitas inovações relacionadas e realizadas no espaço rural o que oferece serviços na propriedade rural associados a lazer, tal como o turismo rural, o qual envolve todos os membros da família. A pesquisa de Gasson e Winter (1992), realizada na Inglaterra, constatou que o número de mulheres envolvidas em ocupações não-agrícolas na propriedade familiar é superior ao do homem; situação similar ao do Brasil e os papéis de gênero influenciam no tipo de ocupação na propriedade, tal como o turismo rural, e fora dela, tal como trabalhar no setor de serviços. A pluritividade pode afetar as atividades da esposa na propriedade rural e sua influência nas decisões. No entanto, as autoras sugerem que de fato o que influencia as relações e os papéis de gênero não é a pluritividade por si, mas estão associadas diferentes características culturais, personalidade e experiências sociais que possuem os homens e mulheres (*background*). A mulher inserida nas atividades de reprodução tem pouco espaço para manifestar o seu capital social e enriquecer a sua própria vida, da família e contribuir para o empoderamento das áreas rurais. A divisão das tarefas e o empoderamento intra-familiar afetam especialmente as famílias rurais em razão das dificuldades de separação das atividades produtivas e reprodutivas, de tal ordem há uma forte perda de recursos para o desenvolvimento dessa unidade e das comunidades rurais. As condições de agente da mulher rural são pequenas, apesar terem mais anos de estudo do que o homem. A dimensão da diversificação produtiva abre espaço para alterar o comportamento de decisão centralizada no homem, pois alavanca a necessidade de cooperação e a participação de todos os membros da família na atividade produtiva. Além disso, o desenvolvimento das comunidades rurais está associado à diversificação, portanto, considerar as relações de gênero – a mulher e o jovem - nesta estratégia é privilegiar a própria idéia de que a diversidade enriquece a vida humana e a sociedade.

## **Referências Bibliográficas**

- DREZE, J.; SEN, A. (Eds.) **India: economic development and social opportunity**. Oxford University Press, 1995.
- ELLIS, F; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, 2001.
- ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, October, p. 1–38, 1998.
- GASSON, R.; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. **Jornal Rural Studies**, v.8, n.4. p. 387-397, 1992.
- KELEKER, W. L. **Empowerment and international development**. Maryland: University of Maryland, Department of Philosophy, 2007. (dissertation of Philosophy Doctor)
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira e revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- START, D. The rise and fall of the rural non-farm economy: poverty impacts and policy options. **Development Policy Review**, v.19, n.4, p. 491-505, 2001.
- TONDO, I.S.P. **Ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais na região sul: uma perspectiva de gênero**. Toledo-PR: UNIOESTE, 2008 (dissertação)